

**AGRONEGÓCIO E POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
SOCIOLOGICA DA DIMENSÃO
AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DE
MATO GROSSO**

**Agribusiness and Education Policy: A
Sociological Analysis of the
Environmental Dimension in High
School Education in Mato Grosso**

**Autor 1¹ ALEXANDRE HAMILTON
OLIVEIRA SANTOS,
ALEXANDRE.SANTOS@UFMT.BR.**

Resumo: Mato Grosso ocupa posição central no agronegócio brasileiro, especialmente na produção de commodities em larga escala, como soja, milho e algodão. O presente artigo resulta de pesquisa em andamento que analisa, em perspectiva sociológica, a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio e a política pública de educação do Estado de Mato Grosso, especificamente no Ensino Médio, considerando a abordagem da educação ambiental e a formação de uma cidadania ecológica, com foco nos materiais didáticos. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, de corte transversal, de natureza documental e descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo. O corpus compreende documentos normativos e orientadores e materiais didáticos estruturados utilizados pela rede estadual. A interpretação considera três macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental: conservacionista, pragmática e crítica, articuladas à perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. Os resultados preliminares indicam que a dimensão ambiental está presente nos materiais analisados, com predominância das abordagens conservacionista e pragmática e menor incidência da abordagem crítica. Os conteúdos contemplam sustentabilidade, conservação, biomas, território e problemas socioambientais, mas a problematização das relações entre desenvolvimento econômico, poder, conflitos territoriais e justiça ambiental aparece de modo menos expressivo. Conclui-se que a presença formal da educação ambiental não assegura, por si só, uma formação orientada

à cidadania ecológica crítica. A continuidade da pesquisa deverá aprofundar a análise dos materiais e verificar, por evidências empíricas, como as relações entre economia, política, educação e ambiente se articulam no contexto mato-grossense.

Palavras-chave: Agronegócio. Política educacional. Educação ambiental. Ensino Médio. Mato Grosso.

Mato Grosso occupies a central position in Brazilian agribusiness, particularly in the large-scale production of commodities such as soybeans, corn, and cotton. This article results from ongoing research that examines, from a sociological perspective, the relationship between the agribusiness-based economic development model and public education policy in the state of Mato Grosso, specifically at the high school level, focusing on environmental education and the formation of ecological citizenship through teaching materials. The study is a cross-sectional qualitative case study based on documentary and descriptive research and content analysis. The corpus includes normative and guiding documents and structured teaching materials used by the state school system. Interpretation is based on three political-pedagogical macro-trends in environmental education: conservationist, pragmatic, and critical, articulated with Pierre Bourdieu's sociological perspective. Preliminary findings indicate that the environmental dimension is present in the analyzed materials, with a predominance of conservationist and pragmatic approaches and a lower incidence of critical approaches. The materials address sustainability, conservation, biomes, territory, and socio-environmental problems, while structural discussions of economic development, power, territorial conflicts, and environmental justice are less prominent. The findings indicate that the formal presence of environmental education does not by itself ensure education oriented toward critical ecological citizenship.

Keywords: Agribusiness. Educational policy. Environmental education. High school. Mato Grosso.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política e Professor Colaborador do Programa

de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso apresenta uma estrutura econômica fortemente vinculada à produção agropecuária e à circulação de commodities agrícolas. Soja, milho, algodão e pecuária constituem atividades de grande relevância para a economia estadual e integram o território a cadeias produtivas nacionais e internacionais. Essa posição econômica produz efeitos sobre a organização territorial, as relações de trabalho, as formas de ocupação da terra e os debates públicos relacionados à sustentabilidade.

A centralidade econômica do agronegócio torna pertinente investigar suas relações com outras esferas da vida social. A questão, entretanto, não deve ser formulada a partir de uma relação mecânica segundo a qual o peso econômico de um setor determinaria diretamente a política educacional. Entre economia e educação existem instituições, agentes, normas, disputas e processos de legitimação que precisam ser observados empiricamente.

A educação constitui espaço de produção e circulação de conhecimentos socialmente legitimados. Currículos, materiais didáticos, políticas públicas e práticas pedagógicas selecionam conteúdos e organizam formas de interpretar a realidade. Por isso, o material didático pode ser compreendido como documento pedagógico

e, simultaneamente, como objeto sociológico, pois expressa escolhas sobre o que ensinar, quais problemas apresentar e quais relações estabelecer entre sociedade e natureza.

Pierre Bourdieu oferece instrumentos importantes para essa análise. O conceito de campo permite compreender a educação como espaço relativamente autônomo, mas relacionado aos demais campos sociais. Os diferentes capitais — econômico, cultural, social e simbólico — ajudam a interpretar as posições e os recursos mobilizados por agentes e instituições. O conceito de habitus, por sua vez, permite considerar disposições incorporadas que orientam percepções e práticas.

Nessa perspectiva, o agronegócio é analisado não somente como atividade econômica, mas como conjunto de agentes, instituições e discursos que participa de disputas pela definição de representações sobre desenvolvimento, produção, sustentabilidade e território. Essa abordagem não pressupõe que tais representações sejam automaticamente incorporadas pela escola; procura, antes, identificar possíveis mediações e correspondências por meio da análise documental.

A questão ambiental torna essa discussão especialmente relevante em Mato Grosso. O Estado reúne territórios dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal e apresenta problemas relacionados ao uso da terra,

desmatamento, queimadas, recursos hídricos, biodiversidade, mudanças climáticas e conflitos territoriais. A educação ambiental, portanto, possui potencial para relacionar o conhecimento escolar às condições socioambientais concretas do território.

No plano normativo, a Lei nº 9.795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e estabeleceu a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional. A Lei nº 14.926/2024 ampliou esse marco ao assegurar atenção às mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais. A atualização normativa reforça a necessidade de investigar como esses temas aparecem nos processos educativos.

No Ensino Médio, a discussão tornou-se ainda mais pertinente em razão das mudanças curriculares ocorridas nos últimos anos. A Lei nº 14.945/2024 redefiniu diretrizes dessa etapa da educação básica, exigindo que estudos sobre currículo e formação considerem o novo quadro normativo. A educação ambiental precisa ser observada não apenas pela presença de temas ambientais, mas pela forma como esses temas são articulados à formação científica, social e cidadã.

A literatura sobre educação ambiental distingue diferentes macrotendências político-pedagógicas.

Para a análise de conteúdo dos materiais didáticos, optou-se pelo emprego do referencial analítico das macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental proposto por Layrargues e Lima (2014). A escolha dessa tipologia tripartite (Conservacionista, Pragmática e Crítica) justifica-se pela sua robustez teórica e capacidade operacional em atuar como um instrumento de avaliação sistemática. Conforme preconizam os autores, essas categorias permitem ir além da superfície textual, mapeando se os materiais estruturados reforçam uma visão puramente comportamental e ecológica do tema (vertente conservacionista), se se alinham à modernização ecológica, empreendedorismo e soluções técnico-gerenciais demandadas pelo mercado e pelo Novo Ensino Médio (vertente pragmática), ou se estimulam o estudante ao questionamento das assimetrias socioeconômicas, dos modos de produção e à busca pela justiça ambiental (vertente crítica). Portanto, a categorização opera como uma grade de análise rigorosa para identificar a frequência, a intencionalidade pedagógica e o contexto ideológico nos quais as dimensões ambientais são apresentadas aos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento.

A perspectiva conservacionista enfatiza preservação, conservação dos recursos naturais e mudança de comportamentos. A perspectiva pragmática valoriza soluções

técnicas, tecnológicas e gerenciais, frequentemente articuladas à eficiência e à sustentabilidade produtiva. A perspectiva crítica relaciona os problemas ambientais às estruturas sociais, econômicas e políticas, incorporando desigualdade, conflitos, relações de poder e justiça ambiental.

Essas categorias são relevantes porque a simples presença de termos como sustentabilidade, preservação ou desenvolvimento sustentável não permite concluir qual concepção ambiental está sendo construída. É necessário examinar o contexto em que os conceitos aparecem, os sujeitos envolvidos, as causas atribuídas aos problemas e as soluções apresentadas.

A literatura recente também demonstra que as relações entre agronegócio e educação constituem campo de disputa. Pesquisas sobre o contexto brasileiro têm investigado a atuação de organizações vinculadas ao agronegócio no campo educacional, incluindo currículo, materiais didáticos e formação. Estudos anteriores já haviam discutido a relação entre agronegócio e educação ambiental e apontado a necessidade de problematizar os discursos empresariais sobre sustentabilidade.

Por se tratar de uma abordagem sociológica, a pesquisa encontrou nos conceitos da sociologia bourdieusiana o alicerce teórico fundamental para compreender a relação entre agronegócio e educação ambiental, praticada no estado de

Mato Grosso, sobretudo, envolvendo os conceitos de a) Campo: o campo é o espaço ou arena de disputa entre campo econômico, campo político e campo educacional. b) Capital Econômico: o capital econômico (terras, *commodities*, maquinário) é o motor do estado. c) Capital Cultural: o capital cultural/cultura do agro é institucionalizado (diplomas, certificações) em MT e fortemente inclinado para as ciências agrárias. d) Capital Social: o capital social refere-se às redes de contatos e ao pertencimento a grupos de elite, cujos líderes por pertencerem ao setor primário, exercem forte influência sobre as decisões de políticas educacionais. e) Capital Simbólico: o capital simbólico e a lógica de "celeiro do mundo" são ensejadores de prestígio ou reconhecimento no estado de Mato Grosso, o que funciona como um poderoso capital simbólico que: legitima o modelo de desenvolvimento, transforma a exploração da natureza em "missão heróica" de alimentar o planeta, faz com que críticas ambientais na escola sejam vistas como "ataques ao progresso", gerando um estigma sobre quem defende pautas preservacionistas radicais. f) Habitus: habitus representa a interiorização/naturalização da estrutura, ou seja, incorporação das estruturas sociais, o que pode fazer com que um estudante mato-grossense cresça em um ambiente onde o sucesso é medido pela produtividade da terra

ou pela percepção da natureza pela ótica da lente do trabalho e do lucro.

Malgrado existir um hipótese implícita de que há uma correlação entre as duas categorias analíticas, a saber, agronegócio e educação ambiental, a pesquisa não autoriza concluir que os materiais didáticos da rede estadual de Mato Grosso sejam determinados pelo agronegócio. Contudo, oferecem um referencial para investigar se e como a estrutura econômica estadual se relaciona com as representações de desenvolvimento e ambiente presentes nos processos educativos.

Bourdieu e Passeron (2014) possuem uma publicação intitulada “A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de Ensino” na qual foca a reprodução cultural e social e fundamenta a análise dos manuais escolares, como também, afirma que o material didático é disseminador de um **capital cultural** dominante, exigindo dos alunos códigos e saberes prévios que a escola trata como “dons naturais”, punindo e marginalizando quem não os possui e mascarando as desigualdades sociais sob o véu da meritocracia.

Basil Bernstein, sociólogo britânico que estuda a transmissão cultural na educação, em sua obra “Estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle (1996), aborda o conceito de recontextualização e como o texto didático molda o discurso em sala de aula, e, ao fazê-lo, conceitua a

recontextualização pedagógica, explicando como o saber científico e acadêmico é transformado (ou “recortado”) em saber escolar por meio de regras e textos didáticos. O material didático atua como um dispositivo de controle simbólico que regula o que pode ser dito, pensado e silenciado na sala de aula.

Silva (2010) em “*Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*” é uma obra indispensável para uma análise crítica de como os materiais de ensino produzem subjetividades no Brasil. Muito conhecido como principal divulgador e crítico da Sociologia do Currículo no Brasil, este autor argumenta que os materiais didáticos são seleções arbitrárias da cultura, funcionando como tecnologias de poder que constroem identidades sociais, subjetividades e visões de mundo específicas sob a aparência de neutralidade e verdade universal.

Michael Apple (1995) em “Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação” lança luzes para compreendermos especificamente o controle e a mercantilização do livro escolar e, também, em “Ideologia e currículo (2006) nos proporciona clareza sobre a lógica por meio da qual as escolas reproduzem desigualdades sociais por meio de saberes que parecem neutros, mas carregam interesses políticos e econômicos.

Michael Apple é, em suma, uma das maiores referências mundiais no tema, por

tratar do material didático como um produto ideológico e mercantil que resulta de conflitos de classe, raça e gênero, definindo o livro didático como um elemento central do **currículo oficial**, que serve para comercializar e legitimar a cultura dos grupos dominantes, ao mesmo tempo em que submete o trabalho do professor a um processo de controle técnico e instrumentalização.

Os materiais didáticos (como manuais e livros escolares) desempenham um papel central na reestruturação e no controle político do trabalho do professor, cujo fenômeno se manifesta a partir de três conceitos fundamentais que descrevem a relação entre o docente e o material (GANDIN; LIMA, 2015):

- a) Desqualificação (ou proletarização de quem ensina): Quando o currículo e os conteúdos são previamente empacotados em sistemas didáticos apostilados e livros massificados, o planejamento pedagógico é retirado das mãos de docentes. O professor perde o controle sobre a concepção do ensino (o que e o como ensinar) e passa a ser apenas um executor de planos elaborados por peritos externos ou grandes conglomerados editoriais.
- b) Requalificação técnica: Concomitantemente, o professor é "requalificado" não para ser um intelectual autônomo, mas para se tornar um gerente eficiente do

material didático. Suas competências passam a ser focadas em cumprir cronogramas rígidos, aplicar testes padronizados e gerenciar o tempo de forma estrita.

- c) Intensificação do trabalho: O uso de materiais didáticos hiperestruturados gera uma sobrecarga de deveres administrativos e de controle, reduzindo o tempo livre de docentes para reflexão e atualização intelectual.

Dado o exposto, o problema central deste estudo consiste em analisar em que medida o modelo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio se relaciona com a política pública de educação do Estado de Mato Grosso, especificamente no Ensino Médio, no que se refere à abordagem da educação ambiental e à formação de uma cidadania ecológica, tendo os materiais didáticos como foco.

O objetivo geral é analisar, em perspectiva sociológica, o grau de relação entre o modelo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio e a política pública de educação do Estado de Mato Grosso, considerando a dimensão ambiental dos materiais didáticos do Ensino Médio.

Os objetivos específicos são: caracterizar o contexto econômico, social e ambiental de Mato Grosso; analisar

documentos normativos e curriculares; identificar a presença e a forma de abordagem da dimensão ambiental nos materiais; classificar as abordagens segundo as perspectivas conservacionista, pragmática e crítica; examinar a representação de desenvolvimento, sustentabilidade, território e conflitos socioambientais; e discutir as implicações dos resultados para a formação de uma cidadania ecológica.

Parte-se, assim, da seguinte questão orientadora: a presença da educação ambiental nos materiais didáticos corresponde apenas à incorporação formal de conteúdos ambientais ou possibilita também uma problematização das relações econômicas, políticas e sociais que produzem os problemas socioambientais em Mato Grosso?

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi estruturada como estudo de caso, de corte transversal, de natureza documental e descritiva, com abordagem qualitativa e utilização da análise de conteúdo. O recorte transversal corresponde ao período de realização da investigação e permite examinar documentos e materiais disponíveis no contexto definido para o estudo.

A escolha dessa abordagem decorre do objetivo de interpretar significados e relações presentes nos materiais didáticos, e não apenas quantificar ocorrências. A análise qualitativa

possibilita observar a forma como conceitos, exemplos, imagens, problemas e soluções são organizados pedagogicamente.

2.1 Caracterização da Pesquisa

A investigação possui caráter documental porque utiliza fontes normativas, curriculares e pedagógicas como materiais de pesquisa. Entre as referências normativas estão a Política Nacional de Educação Ambiental, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Base Nacional Comum Curricular e documentos relacionados ao Ensino Médio e à política educacional estadual.

O estudo também assume caráter sociológico porque procura interpretar os materiais dentro das relações entre Estado, economia, educação, cultura e poder. A sociologia de Bourdieu orienta a compreensão da educação como campo relativamente autônomo, mas atravessado por relações com outros campos.

O relatório parcial da pesquisa registra que a análise qualitativa dos materiais didáticos estruturados encontra-se em desenvolvimento e que os resultados apresentados até o momento possuem caráter preliminar. Essa condição metodológica é preservada neste artigo, evitando-se transformar tendências iniciais em conclusões causais definitivas.

2.2 Área de Estudo e Público-alvo

A área de estudo corresponde ao Estado de Mato Grosso, com recorte no

Sistema Estadual de Ensino e atenção específica ao Ensino Médio. A escolha do território decorre de sua relevância econômica no agronegócio e de sua diversidade socioambiental, por apresentar três biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal).

O público-alvo da investigação está relacionado aos agentes e instituições envolvidos na política educacional estadual. Entretanto, a etapa empírica discutida neste artigo concentra-se na análise documental e dos materiais didáticos estruturados utilizados pela rede estadual.

O acesso aos materiais didáticos da Plataforma Plural foi autorizado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, em 2025, permitindo que a pesquisa avançasse da análise exclusivamente normativa para o exame do material pedagógico utilizado pela rede.

2.3 Metodologia da pesquisa

O corpus da pesquisa foi organizado a partir de documentos normativos e orientadores e dos materiais didáticos estruturados disponibilizados para a rede estadual. Foram considerados conteúdos relacionados a educação ambiental, sustentabilidade, conservação, território, biodiversidade, Amazônia, Cerrado, Pantanal, desmatamento, queimadas, mudanças climáticas, comunidades indígenas e quilombolas, conflitos agrários, legislação ambiental e políticas públicas.

Foi elaborado instrumento de avaliação dos materiais, organizado em planilha eletrônica. O instrumento considera critérios relativos à estrutura, atualização, contextualização, relevância temática, relação com a realidade dos estudantes, adequação à realidade de Mato Grosso e recursos pedagógicos.

A análise foi realizada em etapas. Primeiro, foram identificados os documentos e conteúdos relacionados à dimensão ambiental. Em seguida, as unidades de conteúdo foram classificadas segundo temas e abordagens político-pedagógicas. Por fim, os resultados foram interpretados sociologicamente.

Na análise, a abordagem conservacionista foi identificada pela ênfase na proteção da natureza, conservação de recursos e mudanças comportamentais. A abordagem pragmática foi associada à valorização de soluções técnicas, tecnológicas e gerenciais. A abordagem crítica foi relacionada à problematização de relações de poder, desigualdade, conflitos territoriais, justiça ambiental e estruturas econômicas.

A classificação não foi realizada apenas pela ocorrência de palavras. Considerou-se o contexto discursivo, as causas atribuídas aos problemas, os sujeitos apresentados e as soluções propostas. Assim, o mesmo tema pode assumir orientações distintas conforme a forma de apresentação.

Como limite metodológico, ressalta-se que a análise dos materiais didáticos não permite, isoladamente, descrever toda a experiência de educação ambiental das escolas. Os materiais são mediados pela ação docente, pelas práticas escolares e pelas experiências dos estudantes. Portanto, os resultados dizem respeito à dimensão curricular e pedagógica expressa no corpus documental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os materiais didáticos estruturados, adotados pela rede de ensino do estado de Mato Grosso foram criados pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** para o Ensino Médio, e se encontram disponíveis numa plataforma denominada **Plurall**. A Plataforma Plurall reúne todo o conteúdo digital das editoras e sistemas de ensino da SOMOS Educação e conecta alunos, professores, gestores escolares e responsáveis em um ambiente virtual de aprendizagem.

No caso da rede de Ensino mato-grossense, as informações sobre **educação ambiental** não ficam restritas a uma matéria única. Seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o tema é tratado de forma interdisciplinar e transversal, distribuído principalmente nas seguintes disciplinas e áreas:

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Esta é a área central de ancoragem dos conceitos técnicos e ecológicos

- a) **Biologia:** Foco em ecologia, ecossistemas, biodiversidade, impactos das ações humanas na biosfera, ciclos biogeoquímicos e preservação de espécies.
- b) **Química:** Aborda a poluição atmosférica e hídrica, química verde, descarte de resíduos, pegada de carbono e fontes de energia renováveis versus combustíveis fósseis.
- c) **Física:** Discussão sobre eficiência energética, matrizes energéticas (solar, eólica, hidrelétrica), termodinâmica e o efeito estufa.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Aqui, o meio ambiente é analisado sob a ótica social, política e econômica:

- a) **Geografia:** Estudo de impactos socioambientais, desmatamento, mudanças climáticas globais, uso do solo, urbanização, recursos hídricos e geopolítica da energia.
- b) **Sociologia e Filosofia:** Reflexões sobre a relação entre o ser humano e a natureza, consumo consciente, ética ambiental e movimentos sociais ecológicos.

Itinerários Formativos e Trilhas de Aprofundamento

A FGV também desenvolve conteúdos específicos para a parte flexível do currículo (Novo Ensino Médio):

- a) Projetos Integradores e Eletivas: Disciplinas focadas em Sustentabilidade, Educação Ambiental e Qualidade de Vida, além de oficinas voltadas para economia circular, reciclagem e intervenção comunitária.

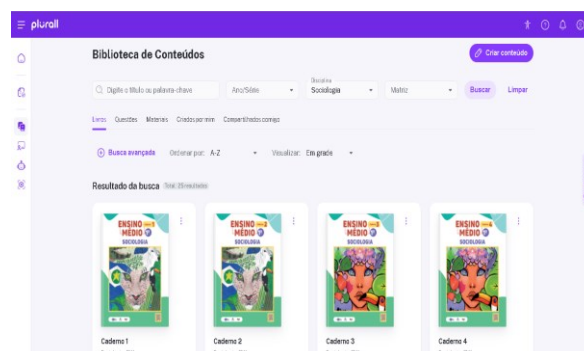
Os recursos estão disponíveis no ecossistema do FGV Ensino Médio Digital que inclui Objetos Educacionais Digitais (OEDs) e planos de aula estruturados para guiar os professores nessas abordagens.

A Plataforma Plurall hospeda os materiais das editoras e sistemas da SOMOS Educação, como Ática, Scipione, Saraiva e pH, como também, os materiais didáticos estruturados voltados ao Novo Ensino Médio, os quais abordam a **Educação Ambiental** por meio de livros digitais, cadernos pedagógicos, simulados e Objetos Educacionais Digitais (OEDs).

Como professor ou aluno, para acessar e filtrar especificamente esses materiais de educação ambiental, deve-se entrar na plataforma Plurall, acessar "**Biblioteca de Conteúdos**", selecionar a aba "**Livros**" e utilizar a **Busca Avançada** refinando por palavras-chave como "**Sustentabilidade**",

"**Ecologia**" ou "**Impactos Ambientais**" filtrando pelo Ensino Médio, como demonstrado abaixo na Figura 1.

Figura 1 – Plataforma Plurall



Fonte: Plataforma Plurall (2026).

Realizada a pesquisa, encontram-se abaixo os principais materiais e coleções constantes na Biblioteca de Conteúdos estruturados exatamente conforme as três áreas supracitadas:

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Nesta área, os materiais focam na fundamentação científica, nos processos biológicos, químicos e físicos da degradação e conservação ambiental.

- **Coleções Multiversos / Conecte (Biologia, Química e Física):** São os livros didáticos integrados e divididos por eixos temáticos na plataforma.
- **Cadernos Digitais de Ecologia e Sustentabilidade:** Materiais específicos integrados à biologia que detalham a dinâmica dos ecossistemas, pegada ecológica e preservação da biodiversidade.

- **Módulos Práticos de Química Verde e Poluição:** Conteúdos voltados para o estudo de reações químicas urbanas, descarte de polímeros (plásticos), chuva ácida e o impacto de defensivos agrícolas.
- **OEDs (Objetos Educacionais Digitais) de Termodinâmica e Matrizes Energéticas:** Simuladores interativos na física que analisam o rendimento de fontes limpas (solar e eólica) em comparação com combustíveis fósseis e o agravamento do efeito estufa.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Aqui, os materiais abordam a educação ambiental sob o prisma da intervenção humana, economia, consumo e distribuição geográfica.

- **Coleções Territórios e Fronteiras / Diálogos (Geografia, História, Sociologia):** Livros estruturados com foco em problemáticas contemporâneas.
- **Módulos de Impactos Socioambientais e Urbanização:** Materiais de Geografia que abordam a impermeabilização do solo, enchentes, ilhas de calor nas metrópoles e a gestão dos resíduos sólidos urbanos (lixo).
- **Cadernos de Geopolítica Ambiental:** Conteúdos focados nos

acordos internacionais do clima (como o Acordo de Paris e as COPs), a transição energética global e o conceito de Racismo Ambiental.

- **Textos e Atividades de Sociologia Ambiental:** Foco nas teorias do consumo consciente, obsolescência programada e a relação das sociedades capitalistas com o esgotamento dos recursos naturais.

Itinerários Formativos e Trilhas de Aprofundamento

Esta categoria reúne os materiais mais práticos e focados em projetos, alinhados aos eixos estruturantes do Novo Ensino Médio.

- **Projetos Integradores - Meio Ambiente e Sociedade:** Livros de projetos transversais que orientam os estudantes a realizarem diagnósticos ambientais na própria escola ou comunidade (como auditorias de desperdício de água ou criação de composteiras).
- **Trilhas de Aprofundamento em Sustentabilidade e Saúde:** Materiais teóricos e práticos voltados para o desenvolvimento de soluções voltadas à economia circular, consumo responsável e ecoeficiência.
- **Eletivas de Mudanças Climáticas e Transição Energética:** Manuais do aluno e guias do professor focados em

debater as metas de descarbonização e o mercado de créditos de carbono.

O primeiro resultado preliminar consiste na identificação da presença da dimensão ambiental nos materiais didáticos estruturados analisados. O material contempla conteúdos relativos à sustentabilidade, conservação, território, biomas, problemas ambientais e políticas públicas.

Esse resultado demonstra que a educação ambiental não está ausente do material pedagógico. A questão central desloca-se, portanto, da existência para a orientação da abordagem. A presença de conteúdos ambientais constitui condição necessária, mas não suficiente, para uma formação capaz de produzir compreensão crítica da realidade socioambiental.

O segundo resultado preliminar corresponde à predominância da abordagem conservacionista. Os conteúdos ambientais aparecem com frequência relacionados à conservação da natureza, proteção dos recursos e práticas de preservação. Essa orientação possui importância pedagógica, mas pode tornar-se limitada quando os problemas ambientais são explicados principalmente pela conduta individual, sem articulação com processos históricos e estruturais.

Em um território marcado pela expansão agropecuária e por diferentes formas de apropriação da natureza, uma abordagem exclusivamente conservacionista pode reduzir

a capacidade de compreender disputas sobre uso da terra, água, floresta e biodiversidade. A conservação precisa, portanto, ser articulada às condições sociais em que os recursos são utilizados.

O terceiro resultado preliminar é a presença expressiva da abordagem pragmática. A sustentabilidade aparece também associada a soluções técnicas, tecnologias, eficiência, inovação e formas de redução dos impactos ambientais. No contexto agropecuário, essa perspectiva pode incluir práticas de manejo, tecnologias produtivas e instrumentos de gestão.

Não se trata de negar a importância dessas soluções. Tecnologias ambientais podem produzir efeitos concretos na redução de impactos. O ponto analítico é verificar se elas são apresentadas como parte de um conjunto de respostas ou como solução suficiente para problemas que também possuem dimensões políticas, sociais e econômicas.

O quarto resultado preliminar é a menor incidência da abordagem crítica. O relatório da pesquisa registra que os materiais apresentam menor frequência de conteúdos que problematizam estruturalmente o modelo de desenvolvimento e suas relações com a questão ambiental.

Essa menor incidência não significa ausência absoluta de elementos críticos. Temas como território, conflitos agrários,

comunidades indígenas e quilombolas e políticas ambientais estão contemplados no instrumento e no corpus. O resultado indica, porém, que tais dimensões apresentam menor centralidade na configuração geral dos materiais.

A diferença entre presença temática e centralidade discursiva é fundamental. Um material pode mencionar conflitos territoriais sem transformar o conflito em objeto de análise. Pode mencionar comunidades tradicionais sem discutir seus conhecimentos ou direitos territoriais. Pode apresentar sustentabilidade sem questionar a distribuição de custos e benefícios ambientais.

Essa questão aproxima a análise dos materiais da noção de cidadania ecológica. Uma formação ecológica cidadã exige que os estudantes tenham condições de compreender não apenas como preservar recursos, mas também como decisões econômicas e políticas interferem na produção dos problemas ambientais.

A representação do agronegócio constitui, nesse sentido, dimensão importante da investigação. O setor pode aparecer como atividade econômica, como fonte de desenvolvimento, como produtor de commodities, como usuário de tecnologias ou como objeto de debate ambiental. Cada forma de representação produz diferentes possibilidades de interpretação.

Os resultados atuais não permitem afirmar que a predominância conservacionista e pragmática seja causada pela influência do agronegócio. Essa conclusão exigiria evidências adicionais sobre os agentes responsáveis pela produção dos materiais, processos de decisão curricular, relações institucionais e eventuais mecanismos de influência.

A literatura recente sobre a atuação de organizações vinculadas ao agronegócio no campo educacional brasileiro, entretanto, demonstra que currículo, materiais didáticos e políticas educacionais constituem espaços de disputa. Essa literatura fornece uma referência comparativa para a análise do caso mato-grossense, mas não deve ser generalizada automaticamente para o Estado.

Em termos bourdieusianos, o problema pode ser formulado como uma investigação sobre relações entre campos. O campo econômico dispõe de formas específicas de capital, enquanto o campo educacional possui mecanismos próprios de legitimação. A questão é identificar as mediações que podem aproximar esses espaços.

O conceito de capital simbólico é especialmente relevante. Determinadas representações de desenvolvimento podem alcançar legitimidade social e aparecer como evidentes ou naturais. Quando uma forma de produção é apresentada reiteradamente como

sinônimo de modernização, produtividade ou progresso, essa representação pode adquirir força simbólica.

Entretanto, o material didático não deve ser entendido como reflexo automático dessa estrutura. Ele é produzido por instituições, autores, equipes pedagógicas, políticas públicas e processos editoriais. A análise sociológica deve justamente investigar essas mediações.

A especificidade territorial de Mato Grosso reforça essa necessidade. Os três biomas presentes no Estado — Amazônia, Cerrado e Pantanal — possuem características ecológicas distintas e são atravessados por diferentes processos históricos de ocupação. A abordagem ambiental escolar precisa ser examinada em relação a essa diversidade.

Nos conteúdos sobre Amazônia, Cerrado e Pantanal, é relevante observar se os biomas são tratados apenas como unidades naturais a serem preservadas ou se também são apresentados como territórios socialmente produzidos. A segunda possibilidade amplia a compreensão das relações entre natureza, sociedade e economia.

Da mesma forma, a presença de povos indígenas e comunidades tradicionais é relevante para uma educação ambiental plural. Diferentes grupos sociais desenvolvem conhecimentos e formas de relação com território, água, floresta e biodiversidade. A

incorporação desses saberes pode ampliar a dimensão democrática da educação ambiental.

A justiça ambiental constitui outra categoria importante. Os benefícios econômicos da utilização dos recursos naturais e os custos ambientais nem sempre são distribuídos de maneira uniforme. A educação ambiental crítica procura tornar visíveis essas diferenças e discutir os processos que as produzem.

A menor incidência crítica identificada nos resultados preliminares, portanto, constitui um ponto relevante para a continuidade da pesquisa. Não se trata de classificar os materiais como adequados ou inadequados, mas de compreender quais possibilidades de formação são favorecidas por sua estrutura discursiva.

No contexto das recentes mudanças do Ensino Médio, essa questão assume maior importância. A formação nessa etapa envolve conhecimentos científicos, preparação para a vida social e construção da autonomia dos estudantes. A dimensão ambiental pode contribuir para essa formação quando articulada a problemas concretos e à capacidade de análise.

A atualização da Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei nº 14.926/2024 também cria novo parâmetro para pesquisas futuras. Mudanças climáticas, biodiversidade e riscos socioambientais passaram a receber destaque explícito na legislação, tornando

necessário acompanhar a incorporação desses temas aos materiais.

Os resultados preliminares podem ser sintetizados em três tendências: presença da dimensão ambiental; predominância das abordagens conservacionista e pragmática; e menor incidência da abordagem crítica. Essa síntese é compatível com o estágio atual da pesquisa e não deve ser confundida com conclusão definitiva sobre todo o sistema educacional.

Uma questão que permanece aberta é o grau de correspondência entre a orientação dos materiais e as características do modelo de desenvolvimento econômico estadual. A resposta dependerá do aprofundamento da análise dos conteúdos, da identificação das representações do agronegócio e, quando previsto no projeto, da incorporação de outras fontes empíricas.

A hipótese de trabalho é que a centralidade do agronegócio na estrutura econômica de Mato Grosso constitui condição social relevante para compreender as disputas em torno das representações de desenvolvimento e sustentabilidade no campo educacional, mas que a forma concreta dessa relação depende de mediações institucionais, políticas e simbólicas.

Essa formulação preserva o caráter investigativo do estudo. A pesquisa não parte da certeza de que exista determinação econômica sobre a política educacional; parte

da necessidade de verificar como os diferentes campos e agentes se relacionam.

Do ponto de vista pedagógico, os resultados sugerem a importância de ampliar oportunidades de problematização crítica da realidade socioambiental. Isso inclui discutir desenvolvimento econômico, território, conflitos, justiça ambiental, políticas públicas, biodiversidade e diferentes formas de conhecimento.

Do ponto de vista sociológico, a pesquisa demonstra que os materiais didáticos podem ser analisados como espaços de produção simbólica. A forma de selecionar e organizar conhecimentos participa da construção de interpretações socialmente disponíveis sobre natureza, economia e sociedade.

Assim, a análise dos materiais deve continuar avançando da identificação de temas para a interpretação das relações entre eles. A pergunta não é apenas quantas vezes determinado conteúdo aparece, mas que lugar ocupa na explicação geral oferecida aos estudantes.

Os resultados também reforçam a importância de analisar o silêncio documental. A ausência de determinados sujeitos, conflitos ou relações causais pode ser tão relevante quanto sua presença explícita. A sociologia permite investigar essas ausências sem transformá-las automaticamente em prova de intenção.

Em síntese, a pesquisa encontra uma configuração na qual a educação ambiental está presente, mas a dimensão crítica apresenta menor centralidade. Esse resultado oferece uma base empírica inicial para aprofundar a investigação sobre as relações entre agronegócio, política educacional e formação ambiental em Mato Grosso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou, em perspectiva sociológica, a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio e a política pública de educação de Mato Grosso, com foco no Ensino Médio e na dimensão ambiental dos materiais didáticos.

Os resultados preliminares permitem afirmar que a dimensão ambiental está presente nos materiais analisados. Foram identificados conteúdos relacionados à sustentabilidade, conservação, território, biomas, problemas ambientais, comunidades tradicionais e políticas públicas.

Entretanto, a análise preliminar aponta predominância das abordagens conservacionista e pragmática e menor incidência da abordagem crítica. Essa configuração indica que os materiais oferecem elementos importantes de sensibilização, conservação e busca de soluções, mas a problematização das estruturas econômicas e políticas relacionadas aos conflitos

socioambientais aparece com menor centralidade.

Não é possível afirmar, com os dados atualmente disponíveis, que essa configuração resulte diretamente da influência do agronegócio. Uma conclusão desse tipo exigiria investigação sobre processos de elaboração curricular, agentes, instituições e relações que participam da produção dos materiais. O estudo, portanto, mantém a relação entre agronegócio e política educacional como problema empírico.

A perspectiva de Bourdieu permite compreender essa relação de maneira não determinista. O campo educacional possui relativa autonomia, embora estabeleça relações com campos econômicos e políticos. A investigação deve identificar as formas de capital, as posições dos agentes e os mecanismos de legitimação que participam dessas relações.

Para a formação de uma cidadania ecológica, os resultados apontam a importância de ampliar a dimensão política e social da educação ambiental. A preservação e as soluções tecnológicas permanecem relevantes, mas precisam ser acompanhadas da compreensão de conflitos, desigualdades, políticas públicas, justiça ambiental e diferentes formas de relação com o território.

No caso de Mato Grosso, a abordagem da questão ambiental pode ser fortalecida por uma leitura territorial que considere

simultaneamente Amazônia, Cerrado e Pantanal, assim como os sujeitos sociais que vivem e trabalham nesses espaços. Essa perspectiva pode aproximar o currículo da realidade concreta dos estudantes.

A atualização do marco legal em 2024 reforça a necessidade de acompanhar como mudanças climáticas, biodiversidade e riscos socioambientais são incorporados aos materiais e projetos pedagógicos. A continuidade da pesquisa poderá verificar se essas novas exigências produzem mudanças na orientação dos conteúdos.

Como etapa posterior, recomenda-se concluir a análise de conteúdo, sistematizar quantitativamente as ocorrências por material e unidade temática, aprofundar a análise das representações do agronegócio e integrar, quando executadas, as demais fontes previstas no projeto. Esse procedimento permitirá avaliar com maior precisão o grau de relação entre desenvolvimento econômico, política educacional e educação ambiental.

Conclui-se, provisoriamente, que a educação ambiental ocupa espaço efetivo nos materiais didáticos analisados, mas sua configuração predominante é conservacionista e pragmática, enquanto a perspectiva crítica aparece em menor proporção. Essa constatação não encerra a pesquisa; ao contrário, oferece uma base para compreender como a educação pode reproduzir, negociar ou problematizar as representações sobre

desenvolvimento e ambiente no contexto de Mato Grosso.

Agradecimentos

Agradecimentos à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso pelo apoio ao projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014..
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: Presidência da República, 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

COLACIOS, Roger Domenech; LOCASTRE, Aline Vanessa. A ausência e o vácuo: Educação Ambiental e a Nova Lei do Ensino Médio brasileiro no século XXI. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 25, e204589, 2020.

GANDIN, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de. Reconfiguração do trabalho docente: um exame a partir da introdução de programas de intervenção pedagógica. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 663-677, jul./set. 2015.

LAMOSA, Rodrigo; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, n. 83, p. 533-554, 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000200011.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, v. 35, n. 1, 2009.

PELLANDA, Andressa; FROSSARD, Marcele. O agronegócio como “má sociedade civil” na educação: análise de redes e impactos. Educação & Sociedade, v. 46, e300928, 2025. DOI: 10.1590/ES.300928.

SANTOS, Alexandre Hamilton Oliveira. Modelo de Desenvolvimento Econômico e Política Pública de Educação: um estudo de perspectiva sociológica de análise da dimensão ambiental nos processos educativos do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e

Sociais, Departamento de Sociologia e Ciência Política, 2024.

SANTOS, Alexandre Hamilton Oliveira. Relatório Parcial de Projeto de Pesquisa do Período Dez/2024-Dez/2025. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Sociologia e Ciência Política. Cuiabá, 2026.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.